



GOVERNO DE SERGIPE

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS - SEMARH

ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - ADEMA

CERTIFICADO DE DISPENSA DE LICENCIAMENTO

No: 41/2014

EMPRESA/EMPREENDEDOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGADO

C.N.P.J / CPF: 13107453000163

ATIVIDADE: PAVIMENTAÇÃO GRANÍTICA DE RUAS

ENDEREÇO DO EMPREENDIMENTO/EMPREENDEDOR: MUNICIPIO SALGADO, ZONA RURAL, SALGADO, SE

- Este Certificado dispensa a Prefeitura Municipal de Salgado da obtenção da Licença Ambiental para a atividade de pavimentação granítica de ruas do referido município, nas seguintes localidades: Água Fria, Abóboras, Quebradas IV e Loteamento Estação, totalizando uma área de 16.552,49 m²
- A Prefeitura Municipal de Salgado responderá civil, penal e administrativamente por danos causados à vida, à saúde e ao meio ambiente em decorrência do uso inadequado deste Certificado.
- A Adema poderá a qualquer momento cancelar este Certificado, caso verifique desacordo entre as informações e as características reais do empreendimento/atividade, sem prejuízo das medidas administrativas cabíveis.
- Este Certificado não exclui nem substitui outras Licenças/Autorizações exigidas pelas Legislações Federal, Estadual e Municipal, com jurisdição na área.

A aceitação desta licença está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <<http://www.adema.se.gov.br>>

Licença emitida com base na Lei Estadual Nº 5.057, de 07 de Novembro de 2003, Artigo 4º, Inciso VIII.

Emitida às 11:57:02 do dia 20/03/2014 <hora e data de Brasília>.

Conforme Processo ADEMA 2014-001490/TEC/CDL-0032 e Parecer Técnico PT-11172/2014-1136

Não possui data de validade

Código de controle da licença: 48b1d1f01eae9ae9b6f7c217faed0f96

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Decreto Nº 6.514/2008 - Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências.

Art. 66. Construir, reformar, ampliar, instalar ou fazer funcionar estabelecimentos, atividades, obras ou serviços utilizadores de recursos ambientais, considerados efetiva ou potencialmente poluidores, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, em desacordo com a licença obtida ou contrariando as normas legais e regulamentos pertinentes: (Redação dada pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

Multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).

Parágrafo único. Incorre nas mesmas multas quem:

II - deixa de atender a condicionantes estabelecidas na licença ambiental.